

Governo operacionaliza Fundo de Reconciliação

O GOVERNO vai destinar pelo menos 10 milhões de dólares anuais para o financiamento de projectos dos combatentes no âmbito da operacionalização do Fundo da Paz e Reconciliação Nacional, cujo regulamento foi aprovado ontem, em Maputo, pelo Conselho de Ministros.

Segundo o Ministro da Planificação e Desenvolvimento, Aiuba Cuereneia, o Fundo visa assegurar a manutenção contínua da paz e reconciliação nacional, promover a reinserção económica e social e o emponderamento dos combatentes da luta de libertação nacional e desmobilizados de guerra do Governo e da Renamo. Também são considerados neste pacote os cônjuges sobreviventes destes.

Pretende-se que com o Fundo, que terá também outras fontes de financiamento, como sejam donativos, empréstimos bancários e os montantes resultantes de reembolsos, se criem oportunidades de emprego e auto-emprego e se capacite os visados com habilidades profissionais para melhorar a sua empregabilidade, bem como incentivar o associativismo.

Cuereneia esclareceu que o Fundo da Paz e Reconciliação vai ser gerido na base de normas de direito privado e financiará projectos a título reembolsável. Com a sua entrada em funcionamento, é dado por extinto o Fundo de Inserção Social dos Combatentes e os seus recursos humanos, patrimoniais e financeiros transitam para a nova instituição.

Para já, de acordo com Aiuba Cuereneia, está-se a considerar pelo menos 100 mil pessoas e aguarda-se ainda pela lista a ser submetida pela Renamo no contexto das conversões em curso no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano.

O Fundo vai actuar em áreas como agricultura, agro-processamento, silvicultura, pesca, pecuária, avicultura, apicultura, artesanato, comércio, turismo, indústrias culturais e criativas, actividade mineira, indústria, serviços, entre outras.

Ele será gerido por uma direcção executiva contratada por via de concurso público, na base do critério de competência. No funcionamento deverá conter no seu organograma uma área de auditoria interna.

Para se assegurar maior eficiência na sua actuação e aplicação, as suas contas serão objecto de auditoria externa, através de uma entidade contratada para o efeito.

Ainda este ano o Governo estará disponível a atender as actividades a serem realizadas num contexto em que o extinto Fundo de Reinscrição Social, que estava a ser gerido pelo Ministério dos Combatentes, vai passar os seus recursos humanos, materiais e financeiros para atender as necessidades de instalação.

Nos próximos anos, o Executivo terá de submeter propostas concretas à Assembleia da República para o financiamento do fundo que não deverá ser de menos de dez milhões de dólares.

Ainda na sessão de ontem foi aprovado o balanço das actividades realizadas no âmbito dos "sete milhões", a preparação da eleição intercalar em Cuamba, no Niassa, o diálogo político entre o Governo e a Renamo, entre outras matérias.

Fonte: Jornal Notícias de 19 de Novembro de 2014